

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT 18 – Marxismo e Ciências Sociais

Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense: ciência política e análise de conjuntura no Brasil

Leonardo Silva Andrada

Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense: ciência política e análise de conjuntura no Brasil.

Leonardo Silva Andrada

Introdução

O regime iniciado em 1º de abril de 1964 no Brasil representou uma série de derrotas para a esquerda. Derrotas abrangentes, como a de um projeto nacional, dos partidos e da esquerda, derrota de uma visão de país; mas também uma coleção de derrotas mais circunscritas, representada no desbaratamento de diferentes agrupamentos esquerdistas envolvidos, à época, em discutir os rumos a serem tomados para que o Brasil se libertasse do atraso, como era comum ao jargão do período. O fim da *Revista Brasiliense* – e a conseqüente desarticulação de um grupo político do qual era a expressão editorial – foi mais uma entre as derrotas da esquerda em 1964.

Foi a instauração de um regime que nascia da insurgência de uma parcela das elites brasileiras contra a expansão de franquias democráticas e inclusão econômica de classes subalternas, ensejados nas Reformas de Base pretendidas pelo governo de João Goulart. O discurso conservador mobilizado antes e depois do golpe usou a retórica de defesa contra o perigo comunista, para institucionalmente cercar-se de toda a autoridade necessária para reverter os avanços democráticos do período posterior à Constituição de 1946 sob o projeto nacionalista, não se furtando mesmo a práticas extra institucionais para repressão da dissidência. Considerando tal configuração do regime, não surpreende que tenha reprimido a atividade editorial de um grupo que pretendia discutir e apresentar um projeto autônomo para o país, tendo como protagonistas entre seus colaboradores, membros ou “amigos” do Partido Comunista Brasileiro (LIMONGI, 1987; CHAVES NETO, 1977). A confluência entre as tendências comunista e nacionalista da publicação (CHILCOTE, 1982) podem ser percebidas tanto na atuação de seu idealizador e fundador, Caio Prado Jr., filiado ao Partido Comunista em 1931, e posteriormente ao “primeiro movimento de massas sob direção do PCB” (VINHAS, 1982), a Aliança Nacional

Libertadora¹, em 1935(organização da qual foi vice-presidente no estado de São Paulo), quanto no editorial de seu numero de lançamento, em setembro de 1955:

A Editora Brasiliense, fiel `a tradição de cultura legada pelo seu fundador, Monteiro Lobato, resolveu tomar a iniciativa de uma revista, em torno da qual se congregam escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater nossos problemas econômicos, sociais e políticos. Sem investigações feitas com espirito objetivo, e em profundidade, não somente não será possível dar-lhes soluções adequadas, como também nos arriscamos a fabricar e difundir funestas ilusões como essa a que nos pode levar um progresso a tantos respeitos notável, mas que mal dissimula, sob o extraordinário desenvolvimento dos grandes centros urbanos, o atraso econômico do país².

Caio Prado Jr. representava uma posição minoritária no PCB desde os anos 30, significando tal marginalidade política, na prática, sua exclusão dos quadros dirigentes e dos veículos de imprensa do partido (SECCO, 2008). Sua interpretação a respeito da formação histórica da nação brasileira, bem como a linha de atuação política a ser extraída de tal compreensão, divergiam completamente da linha oficial do PCB. Como será apresentado mais adiante, Caio Prado desenvolveu uma interpretação não somente a respeito dos processos históricos de formação do Brasil, mas também das raízes teóricas das interpretações equivocadas que direcionavam inadequadamente a ação política. Em obra bem posterior, que nos apresenta a sùmula de seu pensamento, o autor deplora o equívoco reiterado por estudiosos dos problemas brasileiros, qual seja, importar esquemas teórico-interpretativos e aplicá-los de forma acrítica `a realidade nacional. Equívoco que se estende ao seu próprio partido, o PCB, que seguia a linha exportada pela direção do movimento comunista internacional para os partidos alinhados em todos os países da periferia do capitalismo (PRADO Jr., 1966). Tal reprodução deturpava nossa formação histórica, o que levava `a visão equivocada do presente e distorcia a orientação da atuação política³.

¹ Segundo Moises Vinhas, "o programa da ANL incluía, segundo seu manifesto de lançado pelo seu presidente de honra, em maio de 1935, os seguintes pontos: reforma agraria radical, expropriação dos meios de comunicação e outros serviços públicos, nacionalização dos bancos, supressão da dívida externa, derrubada do governo e instauração de um governo democrático e popular" (VINHAS, 1982). Ainda sobre a ANL, DEL RIO, 1990.

² Este é o primeiro paragrafo do Editorial do primeiro número da Revista Brasiliense.

³ A obra em questão é "A Revolução Brasileira", cuja premiada primeira edição, em 1966, causou polemica entre os meios da esquerda.

O resultado da profunda divergência de interpretações e de orientações resulta na alienação de Caio Prado com relação às instancias dirigentes do PCB e sua exclusão do quadro de colaboradores da imprensa partidária. Impossibilitado de assumir cargo como professor universitário devido à perseguição política (IUMATTI, 2007) e alijado dos canais de comunicação do partido, o produtivo intelectual encontrou-se sem espaço para dar publicidade a seu trabalho, suas teses sobre o Brasil histórico e o contemporâneo. A solução foi aproveitar-se de sua Editora Brasiliense, empreendimento que tivera Monteiro Lobato como sócio, e criar um canal de expressão para o grupo de intelectuais que, como ele, tinham origem na esquerda e pretendiam pensar em um projeto nacionalista para o desenvolvimento autônomo do Brasil, e lançar um novo veículo de debates. Nasceu assim a Revista Brasiliense (SECCO, 2008).

O que este trabalho pretende apresentar para discussão é a contribuição dessa publicação para o desenvolvimento da ciência política brasileira, na medida em que foi o canal de divulgação das interpretações e teses de um grande intelectual com falta de outros canais institucionais de inserção no debate, por força das circunstâncias. Partindo do exame deste caso específico, e sem deixar de considerar outros trabalhos dedicados a este tipo de análise⁴, pretende-se apresentar os esboços para uma teorização do papel das análises de conjuntura no desenvolvimento teórico das ciências sociais.

Interpretações do Brasil, comunismo e heterodoxia: Caio Prado *versus* PCB

Caio Prado Jr. inicia sua produção intelectual com *Evolução Política do Brasil*, publicado em 1933 com o intuito de reorientar a produção historiográfica brasileira. O autor pretendia lançar as bases para uma nova forma de interpretação do sentido da formação nacional brasileira, inaugurando desta forma uma linhagem ancorada nos métodos do materialismo histórico

⁴ A referência aqui diz respeito a outros trabalhos que se dedicaram ao estudo de revistas de debates, como Luiz Eduardo Motta, Tania Regina de Luca, Fernando Limongi e Luiz Carlos Jackson.

(PRADO Jr., 1971a). Seus trabalhos posteriores incluíram, entre outras análises da formação histórica brasileira, discussões sobre filosofia, história econômica e análises de conjuntura.

Incluído no seleto grupo dos “grandes intérpretes do Brasil”, Caio Prado Jr. já foi objeto de um bom conjunto de trabalhos e análises (RICUPERO, 2000). A importância de sua obra na historiografia, o papel pioneiro que desempenhou ao lançar as bases de uma nova vertente interpretativa da formação histórica do Brasil e suas contribuições à história econômica já renderam estudos relevantes.

A trajetória do pensamento de Caio Prado Jr. já foi objeto de bons trabalhos, abordando os variados aspectos de sua obra: as particularidades de sua interpretação da formação histórica brasileira (D'INCAO, 1989; REGO, 2001; SANTOS, 2001; REIS, 2007), sua visão a respeito do tema agrário (SECCO, 2008; SANTOS, 2007) sua criatividade teórica e capacidade de articulação entre um pensamento autóctone e o instrumental do materialismo histórico (D'INCAO, 1989; RICUPERO, 2000; REGO, 2001; IUMATTI, 2007). Valiosas contribuições à interpretação do conjunto da obra do autor, que nos posicionam diante de uma teorização sofisticada sobre os processos históricos envolvidos na formação nacional brasileira e as consequências políticas que deveriam ser extraídas de tal interpretação.

A linha oficial de interpretação da formação histórica do Brasil adotada pelo PCB partia do pressuposto que o período da colonização foi o correspondente na periferia capitalista do feudalismo europeu. A estrutura econômica apresentada nas colônias se constituía de uma pequena classe de proprietários latifundiários, que serviam como equivalentes nativos dos senhores feudais, e uma ginástica conceitual equiparava a massa de escravos aos servos da Idade Média europeia. Após a Independência a sobrevivência do latifúndio merecia a classificação de “resquício feudal”, e a classe de proprietários rurais representava, no seio da nação, a defesa dos interesses imperialistas. A coalizão no poder, portanto, combinava as sobrevivências de um feudalismo extemporâneo com os interesses estrangeiros. A orientação política derivada de tal interpretação era clara: a tarefa política do partido revolucionário seria promover a aliança do proletariado com o campesinato e a “burguesia nacional”, em uma reedição do esquema

canônico da revolução burguesa, como etapa previa de preparação capitalista dos meios de produção para a posterior revolução proletária.

O papel da vanguarda revolucionária – o Partido Comunista – seria, portanto, o de costurar politicamente tais alianças, seguindo de forma quase mecânica as indicações de Lenin a respeito do papel que a transformação do mundo agrário cumpre no processo de passagem para o mundo moderno. A teorização do líder bolchevique sobre o mundo agrário, e seu papel na caracterização do tipo de capitalismo que emerge a depender do modelo de reorganização sob o formato moderno pode ser encontrada no *Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa (1905)* e *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia – O Processo de Formação do Mercado Interno Para a Grande Indústria*. No prefácio da segunda, vemos surgir o conceito da “via prussiana”, que exerceu considerável influência nas interpretações do Brasil⁵.

O primeiro esforço de sistematização da formação histórica brasileira como substrato onde se desenvolve a orientação da linha de atuação política pode ser apreendido nas teses aprovadas do II Congresso do partido, realizado em 1925. Na caracterização do regime republicano criado em 1889, os comunistas definem a Proclamação como a expressão da “luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno”. A primeira interpretação histórica do país apresentada pelo PCB, ainda em um período de autonomia intelectual plena, definia a política brasileira a partir do eixo agrarismo/industrialismo. Interpretações semelhantes são expressas nas Teses do III congresso, de 1926, escritas por Astrojildo Pereira tendo como base a clássica brochura “*Agrarismo e Industrialismo*”, de Octavio Brandao (VINHAS, 1982).

O período de produção intelectual autóctone, porém, não seria uma realidade muito duradoura para o PCB. Já em 1930 a Internacional Comunista estabelece o primeiro precedente de

⁵Um dos autores que se armou do esquema conceitual de Lenin (assim como de Gramsci) para oferecer uma lucida interpretação da sociedade brasileira foi Luiz Werneck Vianna. Estudando estes textos referenciais de Lenin, este autor brasileiro nos apresenta um interessante questionamento da canonização do jacobinismo francês como o modelo de revolução burguesa por excelência (WERNECK VIANNA, 1978).

intervenção “pelo alto” no funcionamento interno do partido, direcionando uma política que pretendia “bolcheviza-lo”, o que significava uma busca por “proletarização” do partido, afastando intelectuais dos cargos de direção. A partir desse primeiro movimento, a coordenação do movimento comunista internacional (sob a forma de Comintern ou posteriormente como Cominform) passaria a influir decisivamente nos destinos do Partido Comunista Brasileiro, e uma das formas de influência mais profunda foi através da definição da interpretação histórica do país, como modelo teórico a sustentar as Teses Políticas que orientam a atuação em geral, e os tipos de coalizão partidária em particular, expressando a concepção de alianças de classes possíveis.

As tese divulgadas em 1947 para o IV Congresso (que deveria acontecer naquele ano) exprimiam “*a confusão geral do pós-guerra no mundo comunista. O PCB, como outros partidos, voltava `a `linha gera` de adesão incondicional a Moscou, abandonando assim a as `linhas independentes` adotadas pelos partidos depois da dissolução do Comintern⁶*” (CHILCOTE, 1982). A mudança de orientação política do período foi registrada na documentação partidária, testemunhando o deslocamento gradativo do esquerdismo do Manifesto de 1950 para a política reformista do Programa resultante do IV Congresso, realizado em 1954. No manifesto de 50, uma política hostil com relação a partidos e organizações de caráter reformista, com Luis Carlos Prestes conclamando `a luta direta pelo poder. Importante ressaltar que embora as tática apontassem para uma política radical de confronto, não apontava para a criação de um governo socialista, nem eliminava por completo a possibilidade de aliança com o “capitalismo nacionalista” (CHILCOTE, 1982).

O esquerdismo aparente do Manifesto de Maio foi abandonado por completo no Programa Político aprovado pelo IV Congresso. Expressando o alinhamento completo com a linha soviética, o Brasil foi definido como país semicolonial, tendo uma estrutura econômica

⁶ O Comintern (Internacional Comunista) foi dissolvido em 1943, e o Cominform (Bureau Comunista de Informações), seu sucessor na coordenação do movimento comunista internacional e na transmissão da linha política do Partido Comunista da URSS para os partidos dos outros países, tendo sede em Praga (VINHAS, 1982).

semifeudal, configuração que demandava uma linha política de Frente Única de Libertação Nacional. O Programa concentrava-se em quatro tarefas:

A primeira era a guinada da luta contra o imperialismo em geral para o confronto com imperialismo norte-americano em particular, (...) Uma segunda tarefa consistia na nacionalização das grandes propriedades rurais através do confisco e da distribuição gratuita de parcelas aos camponeses sem terra. Como terceira tarefa, um governo democrático de libertação nacional deveria substituir o governo atual de latifundiários e capitalistas. Tal governo de coalisão lutaria para evitar que o Brasil se tornasse colônia dos EUA e incluiria em tal programa a classe operária os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional. (...) Como quarta tarefa, o PCB formaria uma frente anti-imperialista e antifeudal como etapa de transição na formação de um governo de coalisão. (Chilcote, 1982)

A guinada reformista de 1954 dava destaque para a burguesia nacional, ignorada no esquerdismo sectário do Manifesto de 1950, e abandonava as exigências revolucionárias. As políticas de frente única derivavam da ênfase que o PCUS dava aos movimentos reformadores moderados nas sociedades da periferia do sistema capitalista. A ligação entre a linha oficial consagrada pelo PCB em 1954 e a orientação que vinha de Moscou, descolada da realidade nacional brasileira, seria duramente criticada por Caio Prado Jr. em sua obra *A Revolução Brasileira*, de 1966. Assim como criticava e discordava frontalmente da interpretação exógena absorvida acriticamente pelos dirigentes do partido, Caio Prado também discordava da linha política derivada de tais teses, particularmente quanto à possibilidade de aliança com uma burguesia nacional com interesses opostos ao imperialismo e quanto ao modelo de reforma agrária defendido.

Caio Prado Jr. inaugura em 1933 uma nova forma de interpretar a formação histórica brasileira, com seu *Evolução Política do Brasil*, utilizando pela primeira vez o referencial do materialismo histórico marxista para produzir um ensaio interpretativo da dinâmica política de conformação da sociedade brasileira. O papel mais destacado deste trabalho é o seu caráter pioneiro, pois a interpretação histórica mais profunda será apresentada em 1942, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, complementado em 1945 por *Historia Econômica Brasileira*. Como uma sumula de sua obra interpretativa sobre a formação brasileira, em *A Revolução Brasileira*, de

1966 sintetiza a produção do autor em seus pontos mais significativos do ponto de vista da interpretação do Brasil.

Se por um lado a obra de Caio Prado apresenta a inventividade do pioneirismo, em um outro aspecto apresenta-se tributária de uma linhagem muito influente no período de sua formação na Faculdade de Direito (IUMATTI, 2007). Autores como Alberto Torres, Silvio Romero e Oliveira Vianna polemizavam em torno da questão do desenvolvimento de conhecimento profundo sobre todos os aspectos referentes ao país, para o desenvolvimento de um conhecimento verdadeiramente autônomo sobre o Brasil, um conhecimento próprio que serviria de fundamento e referência para o desenvolvimento de uma orientação própria, adequada ao desenvolvimento histórico e às peculiaridades de nossa sociedade, decorrentes de nossa formação. Criticavam de forma contundente as elites políticas e intelectuais por seu mimetismo, por sua adesão mecânica a formulações abstratas estrangeiras que não se adequavam a nossa realidade por não serem derivadas do conhecimento dos problemas reais do país. Abstraída a estrutura deste argumento, é possível aplicá-la à crítica de Caio Prado Jr à esquerda em geral, e ao PCB em particular, no que se refere à interpretação histórica e à ação política.

Prado Jr. criticou de forma aberta e explícita, em sua obra de 1966, os equívocos do seu partido ao absorver de forma mecânica e acrítica as formulações estrangeiras inadequadas à explicação da formação social brasileira, assim como a linha política derivada de tal interpretação. O autor rejeitava a equiparação do Brasil Colônia ao feudalismo europeu. O sistema colonial, dizia, já nasceu inserido no capitalismo mercantil das nações europeias, portanto já surgiu estruturado sobre uma lógica de produção de mercadorias. Não houve feudalismo no Brasil, não existindo portanto àquela altura “resquícios feudais” representados no latifúndio, que era, em sua visão, o manifestação de um capitalismo agrário de grande empresa. No entendimento do autor, o equívoco de interpretação histórica devia-se à aceitação submissa à orientação externa da linha geral exportada pelo Cominform. O Cominform, por sua vez, tratava de universalizar o caso histórico da China em sua luta anti-colonial para todos os demais países da África, Ásia e América Latina.

Segundo Caio Prado, a linha geral não servia para explicar nossa estrutura econômica, pois a história brasileira não apresentava uma sociedade complexa e hierarquicamente estruturada, dotada de uma configuração social pré-existente que apresentava elites cujos interesses foram solapados com a presença do imperialismo europeu, aliado a outras frações da elite (particularmente a comercial). Este era o caso chinês, e para sua realidade fazia sentido falar de resquícios feudais (ainda que para tanto seja necessário um grau elevado de relativismo histórico para o uso do conceito), tanto quanto de uma possível elite nativa que possa tornar-se um aliado tático na luta contra o imperialismo e seu aliado local. O Brasil não apresentava essa história, portanto a sociedade não se estruturara dessa forma. O imperialismo europeu se impôs aqui e criou uma nova forma de sociedade, não se sobrepôs a uma estrutura previa com sua própria estrutura de classes. As elites já surgiram como sócias locais de interesses econômicos que se encontravam fora do país, na metrópole portuguesa. A estrutura social do sistema de extração de excedente econômico na colônia brasileira correspondia à estrutura de classes de uma sociedade de mercado. Para Caio Prado Jr., o Brasil já surgiu moderno, ocupando espaço adequado na divisão internacional do trabalho de um sistema capitalista que se expandia com o expansionismo europeu.

Fundamentalmente, portanto, no que opõe sua explicação à linha oficial de seu partido, Caio Prado Jr afirmava categoricamente que não havia resquício feudal no Brasil, assim como não havia burguesia nacional com interesses solapados pelo imperialismo. A divergência tinha consequências no entendimento da estratégia adequada para a transformação da sociedade brasileira. Por um lado, rejeitava a aliança com a fração representante da burguesia nacional supostamente progressista, por não existirem; e a posição mais controversa, rejeitava a reforma agrária nos moldes de desapropriação imediata da terra, considerada antieconômica e mesmo reacionária. Defendia a luta por regulamentação da legislação trabalhista para o trabalhador rural e sua sindicalização, em um programa que tornou-se conhecido como reforma agrária não-camponesa.

A discussão a respeito das teses do partido e do autor é rica e profícua, mas extrapola os limites deste trabalho. Para os objetivos presentes, o importante é assinalar a divergência entre as interpretações, seus fundamentos e a implicação para a forma como se desenvolveu a obra posterior de Caio Prado Jr. O autor em foco considerava imprescindível, para fundamentar adequadamente a ação política, o aprofundamento do conhecimento da realidade nacional processo que proporcionaria uma teoria política autóctone, adequada às necessidades concretas do povo brasileiro.

Importante ressaltar, a esta altura, o comportamento de Caio Prado como disciplinado quadro do PCB. Apesar de sustentar sua independência intelectual e defender teses divergentes, acatava o centralismo democrático nas decisões partidárias (SECCO, 2008), e quando o primeiro número da *Revista Brasiliense* foi alvo de críticas ásperas de Luís Carlos Prestes, esta publicou em edição posterior um editorial que reafirmava a condição do partido de vanguarda da classe operária, evitando assim o tensão interna e eventual confronto com adireção partidária. Com o propósito de utilizar a revista como fórum de discussão de propostas para o desenvolvimento nacional, Prado Jr. publicou, entre outros estudos, várias análises de conjuntura. A *Revista Brasiliense* foi uma forma encontrada pelo intelectual para fazer circular suas interpretações sobre a situação brasileira, baseando-se em seus esquemas teóricos, procedimento que colocava à prova sua teorização como narrativa capaz de explicar os processos sociais em curso no Brasil.

O papel da *Revista Brasiliense*

Apesar da quantidade de trabalhos abordando diferentes aspectos da produção de Caio Prado Jr., duas áreas em que atuou não foram alvo de grande discussão entre as publicações. A que menos movimentou o debate em torno de si, pode se dizer com um grau razoável de convicção, foi sua tentativa de contribuição no campo da filosofia do conhecimento; de maneira geral, os trabalhos se referem a esta faceta de sua produção bibliográfica apenas para mencionar que não foi de grande contribuição para este campo de discussão. Outra linha de intervenção do autor, que

mereceu menções mais demoradas em alguns dos trabalhos, mas ainda não foi objeto de estudo mais aprofundado, foi sua atuação editorial na *Revista Brasiliense*, particularmente quanto ao aspecto de desenvolvimento de análises da conjuntura política brasileira em um período de intensa mobilização, como expressão política de uma sociedade que atravessava um período de profundas alterações da estrutura econômica.

A *Revista* servia como espaço para discussão de variados assuntos que tivessem relação ao propósito de um projeto de desenvolvimento nacional. Em meio às diferentes temáticas abordadas, destaca-se aqui a produção de análises de conjuntura feitas por Caio Prado Jr. no período intenso da política brasileira, entre a eleição de Juscelino Kubitschek e o Golpe de 64. O primeiro número foi lançado em setembro de 1955, o quinquagésimo segundo foi destruído na gráfica, antes de chegar a ser lançado, em abril de 1964. Em anexo, uma listagem de todas as análises de conjuntura assinadas por Caio Prado Jr., relacionadas com a edição e a data. Nesses artigos, podemos ver o autor mobilizar sua teoria e seus principais conceitos para oferecer análises dos processos políticos: o equívoco da teoria do resquício feudal, a formação social brasileira e o comportamento político da burguesia, o caráter classista do Estado, a questão agrária e as vias adequadas para solução dos seus problemas, o papel do Estado no desenvolvimento econômico, o nacionalismo, o imperialismo.

Levantando algumas questões: Análise de conjuntura e teoria política

Por mais que tenhamos obras importantíssimas no campo da teoria política dedicadas a realizar análise de conjuntura, este gênero de produção ainda não foi alvo de investigação mais profunda. Como já assinalou importante autor, ele próprio um grande produtor de análises da conjuntura brasileira:

“Análises de conjuntura são, em geral, consideradas uma arte menor da Ciência Política, em uma avaliação semelhante àquela reservada às crônicas em literatura. Arte menor, contudo, que na história de sua prática, conta com exemplos reconhecidamente geniais, como O 18 Brumário, de

Marx, Souvenirs, de Tocqueville, a vasta produção de Lenin sobre o assunto, (...) e admitindo-se a hipótese, improvável para nós, de que O Príncipe, de Maquiavel, não pertença a esse gênero de produção.” (WERNECK VIANNA, 1991)⁷

Um primeiro problema que se apresenta à tentativa de estabelecer as bases para o estudo sistemático de análises de conjuntura se deve à própria incipiência do campo de estudo. Não existindo o debate entre diferentes estudos a respeito do tema, o problema inicial está em definir os parâmetros do que deve ou não ser incluído no rol das análises de conjuntura. É necessário estabelecer os pontos de distinção entre o que se configura como análise de conjuntura, ressaltando o que a distingue do campo geral da teoria, e o que a mantém distante do relato jornalístico. Uma definição muito frouxa e abrangente tende a incluir toda a reflexão sobre a política em uma categoria que se pretende delimitar. No limite, toda teorização política deriva da interpretação e reflexão do fenômeno político concreto que o autor observa, dando o seu tratamento teórico particular. Tal categoria, abrangente ao infinito, de nada serviria para avançar a discussão, mas o extremo oposto também constitui outro risco a ser evitado. Uma definição muito restrita e rígida corre o risco de excluir das contribuições passíveis de apreciação obras significativas, como aponta a citação de Werneck Vianna.

Seguindo as indicações dadas por Luiz Werneck Vianna neste prefácio citado anteriormente, pode-se tentar abstrair algumas características que perpassam obras tão distantes no tempo, quanto no espaço e mesmo nos fundamentos filosóficas que as orientam, como são os casos de *O Príncipe*, *O 18 Brumário*, *Lembranças de 1848* e a produção de Lenin. Não seria ousado incluir ainda nessa lista uma boa contribuição da linhagem marxista para esse tipo de produção, em que se destacam as obras de Antonio Gramsci e Leon Trotsky. Para o caso brasileiro, toma-se como referência a produção de Luiz Werneck Vianna, cujas reflexões influenciaram em grande parte o direcionamento deste trabalho.

⁷Trata-se do prefácio do autor a um livro que reúne análises de conjuntura, *De Um Plano Collor a Outro*.

Em cada uma das obras clássicas mencionadas, encontramos o encontro entre a teoria abstrata e a materialidade de processos políticos que os autores vivenciavam, em geral como observadores privilegiados por seu envolvimento também como atores destes processos. De acordo com Renato Janine Ribeiro na sua introdução a uma edição do *Lembranças de 1848*: “(...)de qualquer modo, o fato é que essas ‘Lembranças’ e o *18 Brumário* superam ambos a mera circunstância para darem ambos a nossa teorização da política da mais alta importância(...)” (RIBEIRO, 2011). Quando Maquiavel escreve o *Príncipe*, é agente ativo da diplomacia e da política peninsular italiana; o *18 Brumário* e o *Lembranças de 1848* foram escritos por um Marx jornalista e militante da esquerda radical e um Tocqueville deputado do “Partido da Ordem”, ambos interpretando o movimento das Jornadas Parisienses de 1848 a partir de suas teorias e conceitos. Marx nos oferece sua interpretação do Estado como fenômeno que materializa a dominação de uma classe, a expressão política concreta da luta de classes e os processos sociais reais vividos por franceses que encarnavam essas categorias. Alexis de Tocqueville apresenta o lamento por uma sociedade em desagregação devido à perda de seus valores fundamentais diante da radicalidade de uma massa tomada por paixões incontroláveis.

Tais obras, por seu caráter fundacional, apontam de forma inequívoca a importância da elaboração desenvolvida nas análises de conjuntura para a própria constituição do campo de conhecimento da ciência política. Foi através de análises de conjuntura que Maquiavel, Marx e Tocqueville, para manter os exemplos já mencionados, deram contribuição inegável para a consolidação de um campo de estudos que hoje conhecemos como ciência política, e esta forma de contribuição não cessou com os clássicos canônicos. A produção teórica de cunho marxista foi particularmente fecunda na produção de análises de conjuntura, a confirmar a teorização de Marx a respeito da reflexão revolucionária para orientação teórica da prática, e o exemplo de produção teórica política dado por Lenin. Nessa linha, a vasta produção de Lenin inclui uma enorme produção de análises de conjuntura onde suas teorias sobre o Estado, a organização partidária, as instituições, a revolução, a sociedade civil, são todas mobilizadas, “testadas” como interpretação válida dos processos sociais e políticos que pretendiam explicar. Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere*, realizou o mesmo movimento teórico de “descida” dos conceitos à materialidade dos processos sociais e políticos concretos que a Itália vivia nas décadas de 20 e 30

do século XX. O mesmo movimento teórico, com praticamente os mesmos conceitos mobilizados para compreender a estrutura social italiana da época, resultado das forças políticas em disputa por hegemonia no processo da unificação italiana, abordado no *Risorgimento* (GRAMSCI, 2001). Retornando ao caso russo, a teoria sobre o “sequestro da revolução” pelo aparelho burocrático, desenvolvida por Trotsky em seu *A Revolução Traída* de 1936, constitui uma crítica contundente ao regime soviético sob o comando de Stalin, apresentando-se também como análises de conjuntura sobre os processos de Moscou que Trotsky escreveu em seu diário *Da Noruega ao México*.

Para o caso brasileiro recente, Luiz Werneck Viana é autor de uma vasta produção de análises de conjuntura, parte delas reunidas em livros lançados desde o início da década de 1980. Uma série que se inicia com a avaliação do momento político do período de desagregação final do regime autoritário, com *A Classe Operária e a Abertura* (1983), buscando inserir a abertura política em sua teorização mais ampla sobre as transformações sociais no Brasil, e se esforçando para que as conclusões apontassem a direção política a ser adotada por uma esquerda que pretendesse posição hegemônica na construção do novo regime democrático que se apresentava no horizonte para o Brasil. O conjunto dos textos reunidos neste volume nos oferecem o desenvolvimento de uma atividade no melhor estilo da interpretação de Gramsci do papel do intelectual. O autor mobiliza sua vigorosa interpretação da *revolução passiva à brasileira* (WERNECK VIANNA, 1997) para avaliar o cenário político que desenhava no Brasil do período da “abertura” política, a correlação de forças presentes no cenário político, e a defesa de uma posição política que seria a derivação mais consequente das análises. Vemos aqui o autor realizar o movimento teórico que busca-se identificar na produção de análises de conjuntura. Seus conceitos de revolução passiva, iberismo, e sua teorização sobre modernização sem ruptura são verificados nos casos concretos das forças em ação na sociedade civil brasileira da segunda metade dos anos 1970. Uma vez mobilizado o arcabouço teórico para a avaliação de situações históricas concretas, como fazem as análises em questão, ele se revigora com a aplicação prática dos conceitos, abrindo espaço para o questionamento de sua adequação, o enriquecimento e refinamento teórico resultante do confronto com o que poderia ser o mais próximo que as ciências sociais podem almejar chegar de um “teste empírico”.

As publicações *Travessia: da Abertura à Assembleia Constituinte*, de 1986; *Transição: da Constituinte à Sucessão Presidencial*, de 1989; e *De Um Plano Collor a Outro*, de 1991, seguem a mesma preocupação de avaliar o momento sincrônico de acordo com os critérios estabelecidos em sua reflexão teórica mais geral, e igualmente atento para o papel político que tais interpretações deveriam cumprir no campo da esquerda; neste caso o contexto determinante era o nascimento da Nova República.

Para o período histórico dos mandatos duplos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, as análises foram agrupadas nas obras *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana*, de 2006; e *Modernização sem o Moderno: Análises de Conjuntura na Era Lula*. A própria periodização que Werneck Vianna usa, interpretando os governos de PT e PSDB entre 1995 e 2010 como parte de um mesmo tempo histórico, serve como uma forma de verificação da teorização do autor a respeito do processo de modernização brasileira, seus meandros e desventuras, os aspectos da mudança sem ruptura, as formas de relacionamento entre sociedade civil e Estado, protagonismo do ator *versus* protagonismo dos fatos.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi partir da avaliação das condições que levaram um influente intelectual e intérprete da formação histórica do Brasil, Caio Prado Jr., a desenvolver uma significativa produção de análises de conjuntura. Obra que por circunstâncias próprias tornou-se o locus de elaboração teórica do autor sobre a estrutura econômica, a sociedade civil, as forças políticas em ação, o agrarismo, o desenvolvimento econômico, o nacionalismo. O propósito desta discussão foi utilizar a produção de um intelectual de reconhecida influência no campo das interpretações sobre a formação da sociedade brasileira para levantar questões mais gerais sobre as possibilidades de contribuição das análises de conjuntura para o desenvolvimento teórico da ciência política .

O propósito é tentar levantar questões para animar um debate mais amplo em torno da questão, o que poderia contribuir para suprir a lacuna apontada no que se refere à produção de estudos sistemáticos sobre a extensão e a forma como pode se dar a influência da elaboração conceitual das análises de conjuntura para o desenvolvimento teórico do campo de conhecimento das ciências sociais. Estabelecer tal debate e desenvolver a interpretação pode definir parâmetros para trabalhos futuros.

Para que se possa avançar na definição deste campo de estudos que ora se propõe, é importante identificar os problemas mais imediatos, que constituem os primeiros passos para o estabelecimento de qualquer nova área de estudo. No estágio incipiente em que este tipo de estudo se encontra, torna-se imprescindível definir de maneira mais rigorosa os limites conceituais para a aplicação do termo “análise de conjuntura”. Coloca-se desta forma um conjunto de questões, a serem abordadas sistematicamente em outro trabalho, dedicando-se a “analisar as análises”. Pretende-se dar continuidade ao estudo desse tipo de contribuição, considerando o valor de tais obras para robustecer a reflexão teórica sobre a política. Tendo em vista o aprofundamento destes estudos, e considerando a notória contribuição da escola marxista para este tipo de produção, o próximo passo que este trabalho pretende cumprir é avaliar obras de autores referenciais no campo do marxismo que se dediquem a analisar a conjuntura política, começando pelo próprio Marx. Além do já mencionado *18 Brumario*, onde analisa os eventos franceses, Marx trabalhou intensamente como jornalista, deixando a disposição uma vasta obra de análises do tipo que pretende-se abordar. Sua produção na Nova Gazeta Renana, seus textos sobre a Espanha e sobre a Índia são valiosos exemplos do tipo de estudos em questão.

Para elaborar uma teoria consistente sobre a produção de análises de conjuntura, portanto, parece adequado retomar os clássicos, buscando nos escritos de Marx elementos que orientem a elaboração de um modelo .

ANEXO I

Lista de artigos de análise de conjuntura de Caio Prado Jr na Revista Brasiliense

Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros – N. 2 – nov/dez 1955

O sentido da Anistia Ampla – N. 4 – mar/abr 1956

A Crise em Marcha – N. 6 – jul/ago 1956

A Política Brasileira – N. 8 – nov/dez 1956

Livre Iniciativa Econômica e Iniciativa Estatal – N. 9 – jan/fev 1957

Capitais Estrangeiros – N. 11 – mai/jun 1957

Capitais Estrangeiros e Capitais Nacionais – N. 18 – Jul/ago 1958

A Lição das Eleições de 3 de Outubro – N. 20 – nov/dez 1958

Os Empreendimentos Estrangeiros e o Desenvolvimento Nacional – N. 23 – mai/jun 1959

Nacionalismo e Desenvolvimento – N. 24 – jun.jul 1959

A Reforma Agrária e o Momento Nacional – N. 29 – mai/jun 1960

As Eleições de 3 de Outubro – N. 32 – nov/dez 1960

O desenvolvimento Econômico e o Problema da Capitalização – N. 34 – mar/abr 1961

A Instrução 204 e a Política Econômica Brasileira – N. 35 – mai/jun 1961

A Conferencia de Puntadel Leste – N. 37 – set/out 1961

Panorama da Política Brasileira – N. 38 – nov.dez 1961

A remessa de Lucros e a Libertação Econômica do Brasil – N. 39 – jan/fev 1962

O Projeto de Lei de Remessas de Lucros – N. 41 – mai/jun 1962

A Remessa de Lucros e o Substitutivo Apresentado – N. 42 – jul/ago 1962

Nova Contribuição pra Análise da Questão Agrária no Brasil – N. 43 – set/ou 1962

Perspectivas da Política Progressista e Popular Brasileira – N. 44 – nov/dez 1962

Um discurso marca Época – N. 46 – mar/abr 1963

O Estatuto do Trabalhador Rural – N. 47 – mai/jun 1963

Marcha da Questão Agrária no Brasil – N. 51 – jan/fev 1964.

Bibliografia

BRANDAO, Gildo M. *“A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista – 1920/1964”*. São Paulo, Hucitec, 1997.

CHAVES NETO, Elias. *“Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo”*. São Paulo, Alfa Ômega, 1977.

CHILCOTE, Ronaldo H. *“Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração”*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

DEL ROIO, Marcos. *“A Classe Operária na Revolução Burguesa – A Política de Alianças do PCB: 1928-1935”*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

D'INCAO, Maria Angela. *“História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Jr.”*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

GRAMSCI, Antonio *“Cadernos do Cárcere”*. Vol. 5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

IUMATTI, Paulo T. *“Caio Prado Jr. – Uma Trajetória Intelectual”*. São Paulo, Brasiliense, 2007.

JACKSON, L. C. “*A Sociologia Paulista nas Revistas Especializadas (1940-1965)*”. Tempo Social vol.16 no. 1 São Paulo, 2001.

LIMONGI, Fernando P. “*Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense*”, in Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2 (5). São Paulo, ANPOCS, 1987.

LUCA, Tania Regina de. “*A Revista do Brasil: Diagnóstico Para a (N)ação*”. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARX, Karl. “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”. Coleção “*Os Pensadores*”. São Paulo, Abril Cultural, 1974.

MOTTA, Luiz Eduardo P. “*A Época de Ouro dos Intelectuais Vermelhos: Uma Análise Comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira*”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 7.^a Edição, 1971a.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 11.^a Edição, 1971b.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 17.^a Edição, 1974.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 5.^a Edição, 1977.

REGO, Rubem Murilo L. “*Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior Continuidades e Mudanças*”. Campinas, UNICAMP, 2001.

REIS, Jose Carlos. “*As Identidades do Brasil I – De Varnhagen a FHC*”. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Renato J. *Introdução* in TOCQUEVILLE, Alexis de “*lembranças de 1848*”. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. “*Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*”. São Paulo, Editora 34, 2000.

- SANTOS, Raimundo. *“Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira”*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.
- SANTOS, Raimundo. *“Caio Prado Jr. – Dissertações Sobre a Revolução Brasileira”*. São Paulo, Brasiliense, 2001.
- SECCO, Lincoln. *“Caio Prado Jr – O Sentido da Revolução”*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- TROTSKY, Leon. *“Da Noruega ao México – Memórias”*. Rio de Janeiro, EPASA, 1937.
- _____. *“A Revolução Traída”*. São Paulo, Global Editora, 1980.
- VINHAS, Moises. *“O Partidão- A Luta Por Um Partido de Massas 1922-1974”*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *“Liberalismo e Sindicato no Brasil”*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____. *“A Classe Operaria e a Abertura”*. São Paulo, CERIFA, 1983.
- _____. *“Travessia: da Abertura `a Constituinte de 1986”*. Rio de Janeiro, Taurus, 1986.
- _____. *“Transição: da Constituinte `a Sucessão Presidencial”*. Rio de Janeiro, Revan, 1989.
- _____. *“De Um Plano Collor a Outro”*. Rio de Janeiro, Editora Revan. 1991.
- _____. *“A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil”*. Rio de Janeiro, Revan, 1997.
- _____. *“Esquerda Brasileira e Tradição Republicana”*. Rio de Janeiro, Revan, 2006.
- _____. *“Modernização sem o Moderno: Análises de Conjuntura na Era Lula”*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2011.

Revista Brasiliense. Números 1 (setembro/outubro de 1955) a 51 (janeiro/fevereiro de 1964). São Paulo, Brasiliense.